



SERVIÇO MUNICIPAL DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

**Parecer nº 053/2024/PJ/FMB**

**Processo administrativo nº 2023/523538**

**Assunto: Impugnação ao edital da Concorrência nº 05/2023**

Trata-se de impugnação ao edital da concorrência nº 05/2023 (fls. 3.212/3.217), cujo objetivo é o afastamento do subitem 7.4.4. do edital, sob a alegação de que o mesmo está em desacordo com as normas legais.

A parte impugnante alega que a menção à subcontratação na fase de habilitação vai de encontro à Lei 8.666/93 e que a ausência de indicação de especialização, quantidades, prazos e outras exigências de qualificação técnica viola a legislação vigente. Ainda, argumenta que a falta de especificação se a subcontratação será operacional, profissional ou ambas, assim como a ausência de nomeação expressa de serviços a serem subcontratados, ferem a legislação, a competitividade do certame, a eficiência e a isonomia.

O certame foi suspenso (fls. 3.218). Em resposta a impugnação, a unidade requisitante apresentou manifestação pela improcedência da impugnação. Aduziu que embora não tenha razão o impugnante, as exigências passaram por ajustes visando mitigar interpretações diversas (*Memorando nº 08/2024 – fls. 3.235/3.236*). Anexou os projetos e termo de referência atualizados (fls. 3.237/5.457).

A Sra. Pregoeira Oficial, em manifestação de fls. 5.459/5.461, opinou pela improcedência da impugnação.

### **É o que cabia relatar.**

Inicialmente, é importante destacar que a impugnação, apresentada dentro do prazo estabelecido no item 21.1 do edital, é tempestiva. Portanto, merece conhecimento.

No mérito, ao contrário do que alega a parte impugnante, a autorização para a subcontratação de determinados serviços, de fato, não se confunde com a fase de habilitação do certame.

Conforme constou no item 7.4.4 do edital, a apresentação dos atestados das subcontratadas somente ocorreria na fase contratual, quando a contratada solicitar autorização para a subcontratação, caso não venha prestar o serviço por si própria, conforme consta na parte final do item 7.4.4. do edital:



SERVIÇO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E MEIO AMBIENTE  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

*7.4.4. Caso a licitante opte por subcontratar empresas para a execução destes serviços, a subcontratada deverá apresentar o atestado de capacidade técnica que comprove sua habilitação nos termos deste certame para o serviço que prestará assistência, **devendo apresentar o documento aos fiscais do contrato quando a contratada solicitar ao SEMAE autorização para a subcontratação.***

Desse modo, verifica-se que a Administração Pública não exigiu qualificação técnica das subcontratadas na fase de habilitação do certame, sendo equivocada a interpretação do impugnante.

Do mesmo modo, não prospera a alegação de que a não indicação de quantitativos, prazos e demais outras exigências para a qualificação técnica viola a legislação.

É preciso ressaltar que as exigências de quantitativos na qualificação técnica são critérios discricionários da Administração, devendo ser justificadas tecnicamente e limitadas ao indispensável para resguardar a capacidade da empresa licitante, conforme estabelece a Constituição Federal:

*Art. 37. [...] inciso XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.***

Não há imposição de exigência mínima para a qualificação técnica operacional, mas apenas limite máximo, conforme estabelece a Súmula 24 do TCE-SP, vejamos:

*SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos*



SERVIÇO MUNICIPAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

*mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.*

Diversamente em relação à qualificação técnica profissional, a qual, nos termos do §1º, inc. I, do art. 30 da Lei nº 8666/93, proíbe-se a exigências de quantitativos mínimos ou prazos máximos, vejamos:

*Art. 30. [...] § 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:*

*I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;*

No mesmo sentido, a Súmula 23 do TCE-SP:

*SÚMULA Nº 23 - Em procedimento licitatório, a comprovação da capacidade técnico-profissional, para obras e serviços de engenharia, se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), devendo o edital fixar as parcelas de maior relevância, vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos.*

O edital, por sua vez, não exigiu quantidades mínimas ou prazo máximos em relação a capacidade operacional, tampouco da capacidade profissional, o que está de acordo com a legislação e jurisprudência do TCE-SP.

Sobre o apontamento acerca do edital não estabelecer a espécie da qualificação técnica exigida, o item 7.4.2 e 7.46 é expresso ao exigir “qualificação



SERVIÇO MUNICIPAL DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

*técnica operacional” e “capacidade técnica do profissional”, respectivamente, motivo pelo qual o apontamento também não prospera.*

Por fim, quanto a permissão de subcontratação de parcela de maior relevância, apesar da jurisprudência do TCE-SP, em regra, não admitir a subcontratação de parcelas de maior relevância (TC-021775.989.20-5), a consulta à assessoria Zênite confirmou que, excepcionalmente, é possível permitir a subcontratação de serviços de maior relevância, desde que tecnicamente justificado e para atendimento de nichos específicos de mercado, conforme já previsto na nova Lei de Licitações, em seu art. 122<sup>1</sup>, assim como já endossado pelo TCU no acórdão nº 2021/2020 – Plenário:

*“9.1. dar ciência às [omissis] que a cláusula 12, § 4º, da minuta do termo de contrato em regime de execução por empreitada integral, constante do Edital da Concorrência [omissis], vedou, de forma indevida, a subcontratação do fornecimento de bancos de capacitores série - o que restringiu o caráter competitivo da licitação apenas aos fornecedores e/ou fabricantes do equipamento -, quando poderia tê-la permitido mediante exigência de comprovação de capacidade técnica de empresas que viessem a ser subcontratadas, no tocante à gestão e execução de obras ou serviços análogos, em afronta ao disposto no art. 78, caput, e § 1º, da Lei 13.303/2016;*

***[Enunciado] Em contratação sob o regime de empreitada integral, admite-se a previsão de subcontratação de parte relevante do objeto licitado quando, de antemão, a Administração sabe que existem poucas empresas no mercado aptas à sua execução, devendo, em tais situações, se exigir a comprovação de capacidade técnica, relativamente a essa parte do objeto, apenas da empresa que vier a ser subcontratada."***

No presente caso, a área técnica inicialmente considerou a exigência pertinente, levando em conta as particularidades dos serviços a serem prestados e a sua importância para a execução eficaz, considerando que qualquer falha poderia comprometer o abastecimento de toda a cidade.

Entretanto, a unidade requisitante foi devidamente orientada sobre a jurisprudência predominante no âmbito do TCE-SP relacionada à subcontratação de

<sup>1</sup> Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração. § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente."



SERVIÇO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

parcela de maior relevância. Após ter ciência do parecer anexo, a unidade foi instada a ponderar sobre a manutenção das exigências em questão.

Diante do exposto, **recomenda-se o julgamento de improcedência da impugnação**, pois as exigências do edital estão em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da Administração Pública.

**É o parecer, *sub censura*.**

Piracicaba/SP, 07 de fevereiro de 2024.

**Felipe Milani Baldan**  
Procurador Jurídico

**Danielle Pacheco de Souza Santim**  
Procurador Jurídico Chefe

[goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8](https://goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8)

[semaepiracicaba.sp.gov.br](https://semaepiracicaba.sp.gov.br)

019 – 3403-



# Assinaturas do documento

"Parecer jurídico"



Código para verificação: **WQN3UGZX**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários:



**DANIELLE PACHECO DE SOUZA SANTIM** (CPF: 177.XXX.448-XX)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 23/11/2023 - 16:19:13 e válido até 23/11/2123 - 16:19:13.

(Assinatura do sistema)



**FELIPE MILANI BALDAN** (CPF: 410.XXX.428-XX)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 04/07/2023 - 11:49:02 e válido até 04/07/2123 - 11:49:02.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

**2023/523538** e o código **WQN3UGZX** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



SERVIÇO MUNICIPAL DE RECURSOS E MEIO AMBIENTE  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Piracicaba, 09 de fevereiro de 2024

### Ao Setor de Suprimentos

Diante das informações constantes dos autos do Processo Digital SEMAE 2023/523538, em especial o PARECER N.º 053/2024/PJ/FMB, acolho o referido Parecer nos seus fiéis termos e, por conseguinte, julgo **improcedente** a impugnação ao Edital da Concorrência nº 05/2023.

Artur Costa Santos  
Presidente do SEMAE

[goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8](https://goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8)

[semaepiracicaba.sp.gov.br](https://semaepiracicaba.sp.gov.br)

019 – 3403-  
2211



# Assinaturas do documento

"021 - 523538-23 - Impugnação - Conc"



Código para verificação: **9LC5MJ9S**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários:



**ARTUR COSTA SANTOS** (CPF: 686.XXX.668-XX)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 05/07/2023 - 15:51:14 e válido até 05/07/2123 - 15:51:14.

(Assinatura do sistema)



**VIVIANE ALTAFIN** (CPF: 256.XXX.248-XX)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 10/11/2023 - 11:50:41 e válido até 10/11/2123 - 11:50:41.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

**2023/523538** e o código **9LC5MJ9S** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.